

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 77/XII/2.<sup>a</sup> SL

Aos 26 dias do mês de julho de 2013, pelas 10:40 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - **Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2 - **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Projeto de Lei n.º 181/XII/1.<sup>a</sup> (PS) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro, reforçando o controlo e prevenção das incompatibilidades, impedimentos e conflitos de interesses dos agentes e dirigentes dos Serviços de Informação da República Portuguesa;**
  - **Projeto de Lei n.º 286/XII/2.<sup>a</sup> (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa em matéria de acesso a documentos;**
  - **Projeto de Lei n.º 287/XII/2.<sup>a</sup> (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos Serviços de Informações;**
  - **Projeto de Lei n.º 288/XII/2.<sup>a</sup> (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, consagrando o "período de nojo" para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades;**
- 3 - **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 4 - **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
  - **Petição n.º 279/XII/2.<sup>a</sup> - "Solicitam a redução em 50% do valor da subvenção pública para as eleições autárquicas de 2013";**
  - **Petição n.º 277/XII/2.<sup>a</sup> - "Apelam ao cumprimento da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, que Estabelece medidas de proteção dos animais, proibindo todas as violências injustificadas contra os mesmos";**
- 5 - **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 276/XII/2.<sup>a</sup> - "Solicitam a aplicação imediata do novo regime das Associações Públicas Profissionais - Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro";**
- 6 - **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, passou-se à discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Lei n.º 181/XII/1.<sup>a</sup> \(PS\)](#) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, reforçando o controlo e prevenção das incompatibilidades, impedimentos e conflitos de interesses dos agentes e dirigentes dos Serviços de Informação da República Portuguesa;

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 77/XII/2.<sup>a</sup> SL**

- [Projeto de Lei n.º 286/XII/2.<sup>a</sup> \(BE\)](#) – Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa em matéria de acesso a documentos;
- [Projeto de Lei n.º 287/XII/2.<sup>a</sup> \(BE\)](#) – Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos Serviços de Informações;
- [Projeto de Lei n.º 288/XII/2.<sup>a</sup> \(BE\)](#) – Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, consagrando o “período de nojo” para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades,

tendo o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) anunciado que, na sequência da reunião anterior, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP haviam apresentado na Mesa da Assembleia da República duas iniciativas legislativas sobre a mesma matéria. Explicou que, para evitar que os Grupos da maioria tomassem uma posição cega sobre estas iniciativas, seria útil uma sua apreciação em conjunto com as iniciativas ora apresentadas, solicitando, por isso, o adiamento da discussão.

O Senhor Deputado Pita Ameixa (PS) felicitou os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP pela apresentação dos Projetos de Lei, tendo considerado que o processo legislativo seria melhor se mais participado. Explicou que a sua intenção fora de que o processo se concretizasse e avançasse e agora já existiam condições para um processo conjunto. Suscitou a necessidade de um compromisso do PSD para um agendamento para plenário rapidamente, logo que reabertos os trabalhos parlamentares, esperando depois por um trabalho conjunto na especialidade, explicando que era nesse espírito que admitia o pedido de adiamento.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) felicitou a maioria pela apresentação das iniciativas e considerou que, entre vantagens e inconvenientes do adiamento, era possível acordar nessa solução, por relevar da disponibilidade da maioria para uma discussão alargada na especialidade.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 77/XII/2.<sup>a</sup> SL**

O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS/PP) indicou que aos Projetos de Lei apresentados poderiam ainda vir a ser associadas outras iniciativas sobre a matéria, sendo da maior importância a discussão conjunta e muito difícil aprovar hoje iniciativas sobre as quais há também posições próprias.

O senhor Deputado António Filipe (PCP) anunciou que o seu Grupo parlamentar também apresentaria iniciativas sobre a matéria para discussão conjunta em Plenário.

O Senhor Presidente propôs então que, caso as iniciativas viessem a baixar entretanto à Comissão, se procedesse à designação de relator na reunião da Comissão de 30 de julho, tendo-se congratulado por não haver dois processos legislativos sucessivos sobre o mesmo objeto, uma vez que ficava adiada a sua votação nos termos propostos.

Em seguida, foram admitidas por unanimidade as seguintes petições:

- [Petição n.º 279/XII/2.<sup>a</sup>](#), da iniciativa de Luís Marinho e outros (num total de 6832 subscritores), que "*Solicitam a redução em 50% do valor da subvenção pública para as eleições autárquicas de 2013*" – de que foi nomeado relator o Senhor Deputado João Lobo (PSD), tendo o Senhor Deputado António Filipe (PCP) considerado não dever ser seguida a sugestão contida na nota de admissibilidade, no sentido de poder ser endereçado um convite à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para pronúncia sobre o peticionado;
- [Petição n.º 277/XII/2.<sup>a</sup>](#), da iniciativa de Fernando Gomes e outros (num total de 2082 subscritores), que "*Apelam ao cumprimento da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, que Estabelece medidas de proteção dos animais, proibindo todas as violências injustificadas contra os mesmos*" – de que foi nomeado relator o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 77/XII/2.<sup>a</sup> SL**

No terceiro ponto da ordem do dia, foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), o relatório final da [Petição n.º 276/XII/2.<sup>a</sup>](#) - "Solicitam a aplicação imediata do novo regime das Associações Públicas Profissionais - Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro", que foi aprovado por unanimidade (com exceção da opinião da Relatora, regimentalmente não sujeita a votação), na ausência do PEV, após uma breve intervenção do Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) demarcando-se de algumas das considerações contidas na opinião da relatora, (a qual não fora sujeita a votação).

Por fim, e em adenda à redação final do texto que "Aprova a Lei da organização do sistema judiciário" [[Proposta de Lei n.º 114/XII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], que havia sido fixada na reunião anterior, foi deliberado que, para harmonização e uniformidade da redação do texto, todos os cargos devem aparecer grafados com iniciais minúsculas ao longo de todo o diploma, abrangendo-se, portanto, nessa regra, a referência ao cargo de magistrado do Ministério Público coordenador (tal como proposto na informação de redação final da DAPLEN).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de julho de 2013

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Fernando Negrão)**

**Nota: Aprovada em 11-09-2013**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 77/XII/2.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
João Lobo  
João Oliveira  
Jorge Lacão  
Luís Pita Ameixa  
Paulo Simões Ribeiro  
Sérgio Sousa Pinto  
Telmo Correia  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
António Filipe  
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Carlos Peixoto  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Isabel Oneto  
José Luís Ferreira  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Ricardo Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: